

A pregação medieval portuguesa

João Francisco Marques *

Se a evangelização dos povos está ligada à palavra, a existência de uma pregação conducente à fé acompanha o trabalho de cristianização do ocidente peninsular que, no tempo, é bem anterior ao aparecimento da nacionalidade lusa. No percurso da formação da língua portuguesa, de raiz novilatina, se poderá assim divisar o nascer de uma oratória sacra identificada com o falar colectivo, veículo de entendimento e comunicação social¹. Não existem textos litúrgicos em protoportuguês, pois na missa e no ritual sacramentário o latim era de uso obrigatório na igreja do ocidente. Os únicos que permitem indicar a expressão vernacular usada na catequese e na pregação ao povo são os que traduzem actos comuns escritos, cantares líricos ou prosas de assunto profano ou sagrado. E se só com distância de séculos aparecem textos parenéticos formalmente elaborados em linguagem, sinónimo de língua viva, há, porém, elementos documentais e informativos para se poder traçar uma história da oratória sacra portuguesa concernente ao período medieval. O bispo S. Martinho de Dume, na carta que acompanhava o envio a Polímio, bispo de Astorga, do seu sermão *Da instrução dos rústicos*, declarava que fora necessário pregar-lhes no linguajar bárbaro em que se entendiam². Na sua primeira epístola aos *Coríntios* (XIV, 9), recomendava S. Paulo que o pregador se exprima na língua dos ouvintes para ser entendido e produzir fruto o que anuncia, de contrário será como falar ao vento. Exigia-se, desta forma, eficácia no pastoreio das almas, e que fosse cabal o acompanhamento da fala do povo em seu contínuo evoluir. De resto, pregar em Portugal, nessa época recuada, não seria por certo diferente do praticado na cristandade latina, de cultura comum e preparação eclesiástica padronizada nas escolas claustrais dos conventos e sés diocesanas. Basta atentar na cronologia das mais antigas e prestigiadas destas instituições religiosas para se aceitar que a retórica de Cícero, Quintiliano e Aristóteles longe de ser desconhecida era, como acentuam os autores de «Textos medievais portugueses», «originariamente difundida e consolidada pelas vulgarizações isidoriana e augustiniana», fiel à tradução cultural latina, e depois pelo manusear das *Artes praedicandi* em disseminação crescente³. Alain de Lille, subsidiário do promissor ensino monástico, falecido em 1203 e autor da *Summa arte praedicatoria* entre nós conhecida, define a pregação «como ensino público e colectivo da boa conduta e da fé, que se apoia na razão, mergulha nas fontes da autoridade e tem por fim a instrução dos homens»⁴. A necessidade de ministrar o pão da palavra Deus, que devia acompanhar a distribuição do pão eucarístico, era obviamente recomendada com insistência pelos concílios gerais e reiterada pelos diocesanos.

* Faculdade de Letras do Porto.

¹ Acerca dos conceitos utilizados pela oratória sacra e bibliografia da pregação medieval, ver: João Francisco Marques, «Oratória Sagrada ou Parenética», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Azevedo, vol. IV, P-V, Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 470-482 e 507-508.

² Cf. Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*, 2^a ed., Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1961, p. 667.

³ *Ibidem*, p. 666.

⁴ Joaquim de Carvalho, *Os sermões de Gil Vicente e a arte de pregar* [separata], Lisboa, Edição da Revista Ocidente, 1948, p. 12.

Crúzios e cistercienses

As duas ordens religiosas que vão dar consistência ao reformismo religioso e à cultura eclesiástica nos começos da nacionalidade foram a dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, presentes desde o século XI no noroeste ibérico e cujo dinamismo muito deve ao arcediago Telo, fundador de Santa Cruz de Coimbra, e os cistercienses de Tarouca e Alcobaça, radicados depois dos meados do século seguinte⁵. A preparação cultural do clero diocesano passava em regra pela frequência da escola catedral que, além da alfabetização, do ensino do latim e do canto litúrgico, ministrava formação doutrinária, ao menos a indispensável, para o ensino da catequese, a celebração da missa e a administração dos sacramentos, com a casuística elementar necessária à confissão, bem como a instrução para a reza do ofício divino e o exercício da pregação. Sabe-se que as bibliotecas dos mosteiros e das sés diocesanas possuíam os livros da Bíblia, lectionários, homiliários, passionários, as *Etimologias* de Stº Isidoro de Sevilha, as *Vidas dos Padres da Igreja*, e dos santos, *Apoptegmatum Patrum*, o *Liber Dialogorum* e *Moralia* de S. Gregório Magno, *Enarrationes in Psalms*, *Tractatus in Johannem* e *Homiliarum L.* da autoria de Santo Agostinho, *De Virginitate Beatae Mariae Virginis* de S. Leandro de Sevilha, os hinos de Santo Efrém, a *Regula pastoralis* de S. Gregório Magno, tão proveitoso aos curas de almas com as regras a respeitar na pregação, sermonários com homilias e prédicas de S. Basílio, S. Leão Magno, S. Agostinho e S. Gregório Magno que os *scriptorium* monásticos multiplicavam, contribuindo também para a sua difusão e compra⁶. Noviços e monges, aspirantes ao sacerdócio e clérigos dispunham assim de instrumentos para alimentarem a sua cultura religiosa, sem que ao mesmo tempo deixasse de coexistir uma ignorância significativa entre a gente da igreja. Prelados, mosteiros e patronos apresentavam párocos, quando vagavam as freguesias, e, por proliferar a simonia, nem sempre os melhores e mais aptos, mesmo quando existiam, sofrendo com isso todo o ministério pastoral e o anúncio da palavra divina. Era hierarquicamente incentivada a pregação litúrgica, que seria de teor moralizante e catequético, a estigmatizar vícios e superstições, a apontar virtudes, semeando a mensagem cristã nos comentários e paráfrases às leituras da Epístola e do Evangelho e explicando as fórmulas da doutrina a memorizar. Os tempos, a partir do século XII, eram de reconquista contra a moirama sob o signo da cruzada e de simultâneo crescimento demográfico com movimentos migratórios em ordem à extensão territorial e repovoamento⁷. No alastrar da segurança colectiva, a afluência de gente, camponeses e mesteirais, reanima os burgos e povoas zonas desertas. Cruzam as cidades e caminhos os homens que se consagravam à guerra, indigentes, pessoas em trânsito, deslocados à procura de albergarias, hospitais e gafarias, devotos rumo a Santuários de peregrinação de Entre Minho e Douro até a linha do Tejo – massa de gente que precisava e recebia a assistência religiosa possível. A penitência, a esmola, a reforma de vida e a oração pelos mortos eram temas que estariam presentes nessas admonições homiliéticas de párocos instruídos e zelosos aos seus fiéis e na pregação feita nas procissões ocorrentes, e na do clero monástico em suas igrejas conventuais semeadas no meio rural⁸. O ambiente social estava semeado de violências, injustiças, perversidades carnais, ganância, prepotência de senhores, jogo, blasfêmia, embriaguês, roubo e esbulho de indefesos e humildes. As hagiografias coevas permitem fundamentar o que deveria pontear a proclamação da palavra de Deus na homilia da estação da missa, que não seria

⁵ Ver José Mattoso, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 311-314.

⁶ *Ibidem*, «A cultura monástica em Portugal (875-1200)», p. 355-393.

⁷ *Ibidem*, p. 290-292.

⁸ Ver referência, no dobrar do ano mil, ao comportamento dos leigos em relação à espiritualidade e vivência religiosa, patente nas doações às igrejas e nos testamentos, in *Livro Preto, Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição Crítica. Texto integral, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999, p. CCXIII-CCXXVI.

meramente de meditação espiritual de louvor e acção de graças ao Altíssimo, criador e provedor. A *Vita S. Gerald*, arcebispo de Braga, escrita entre 1099 e 1108 pelo também monge cluniacense Bernardo, ao traçar a actividade pastoral do prelado acentuava que «derramava sobre os povos a palavra da pregação» na correcção dos vícios do povo e pecados do clero, na condenação das práticas simoniacas e das ligações incestuosas, na defesa da liberdade em ordem à escolha dos mais aptos para os cargos eclesiásticos e dos direitos das mulheres casadas dentro do matrimónio, no estabelecimento da paz e do exercício da justiça⁹. O hagiógrafo de *Vita S. Martini Sauriensis*, apóstolo bem mais novo do que o metropolita bracarense, exemplo de cura de almas em Soure, povoação fronteiriça, e executor das directrizes pastorais gregorianas de D. Gonçalo, bispo de Coimbra, sublinhava que o santo, aprisionado mais tarde pelos mouros e falecido em Córdova no ano de 1145, era um modelo de irrepreensível conduta que considerava como mais heróico pôr as coisas em comum e nada possuir, tendo o furto por *maximum crimen*¹⁰. Para o autor da *Vita Sancti Theotonii*, que remonta cerca de 1163, o autorizado prior de Santa Cruz pregava o domínio das paixões, a necessidade de purificar a igreja da imoralidade e libertá-la do domínio do século, o culto devido aos mortos, com a procissão ao cemitério depois da missa, a esmola, o uso de clemência para com os moçarabes aprisionados que «eram fracos e não conheciam os costumes da terra», a austerdade no comer e vestir, a assistência aos miseráveis, inválidos, famintos, deslocados e sem trabalho¹¹. Na *Vita Tellenis*, outro fundador do cenóbio de Santa Cruz, dá-se relevo à prática da mortificação, à condenação da vaidade, à oração, à pregação da inanimidade das riquezas materiais e da fragilidade do homem perante a morte¹². Daqui nascia também o encaminhamento de vocações para a vida eremítica, na solidão, na contemplação e na pobreza evangélica, e para a vida monástica votada à oração, louvor Divino e trabalho manual. Tanto no *Livro Santo de Santa Cruz* (1133) e no *Livro de D. João Teotónio* (1161), como, por exemplo, nos testamentos de Gonçalo Dias e Baio Ferrado (1141) do cartório do Mosteiro de Grijó, patenteiam-se em suas disposições o perdão de dívidas e as dádivas para os pobres, os lugares santos e a peregrinação a Jerusalém, a libertação dos captivos da moirama, a construção de igrejas e pontes, as leprosarias, albergarias e hospitais¹³. Se juntarmos ainda a disputa e extorsões de bens eclesiásticos, pertencentes a mosteiros e igrejas, por ricos-homens, cavaleiros e escudeiros, as vinganças em nome da honra, os crimes passionais, sobretudo nos meios urbanos, e a justiça aplicada pelas próprias mãos, sem esforço se conjectura como o quotidiano tinha porta aberta para entrar explicitamente na pregação ao povo. Os cónegos regrantes detentores de igrejas com cura de almas¹⁴, cujo religioso, D. Pedro Pires tinha em 1228 fama de «excelente» orador¹⁵, pregavam o cumprimento das normas morais, sendo de admitir que seguissem o ensino de Santo Agostinho na interpretação da Sagrada Escritura, com o emprego dos sentidos literal ou histórico, alegórico, anagógico e tropológico¹⁶, dirigida a tornar a Palavra de Deus comprehensível para ser abraçada como regra da vida cristã¹⁷. Note-se que o ensino de S. Bernardo, em sintonia com o do grande doutor africano

⁹ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 296-297.

¹⁰ *Ibidem*, p. 298-299.

¹¹ *Ibidem*, p. 303-305.

¹² *Ibidem*, p. 305-307.

¹³ *Ibidem*, p. 307-310.

¹⁴ Ver, por exemplo, o citado *Livro Preto*, doc. 635, p. 857-858.

¹⁵ Ver Francisco da Gama Caeiro, «A Assistência em Portugal no século XIII e os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho», in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, I, Lisboa, 1973, p. 224-225.

¹⁶ Ver a excelente obra de Maurice Pontet, *L'Exégèse de S. Augustin Predicateur*, Paris, Aubier, [1944], 636 p.

¹⁷ Ver como a utilização didáctica da alegoria pelos pregadores medievais contribuía para materializar as coisas espirituais, in Michel Zinck, *La prédication en langue romane avant 1300*, Paris, Honoré Champion, 1982, p. 291. A propósito, escreveu Joaquim de Carvalho (*op. cit.*, p. 14), em pertinente inciso: «O símbolo e a alegoria permitiam

quanto ao interesse pela pregação, devia incutir nos cistercienses, já então numerosos em território português, idêntica actuação¹⁸. Colectâneas de sermões destes dois luminares da cristandade que serviriam de leitura e de modelos parenéticos para as comunidades, cujas regras seguiam na disciplina monástica e na espiritualidade, eram guardadas nos *armários* de seus mosteiros¹⁹. Vestígios da pregação dos pastores do clero diocesano podem descobrir-se na determinação do Sínodo de Lisboa de 1240 em que se chama a atenção para, no exercício daquele ministério, os párocos recordarem aos fiéis que fizessem uma visita à Sé, a fim de venerarem o mártir S. Vicente, padroeiro da cidade²⁰. O exemplo de Cristo e da Virgem Maria, que os santos procuraram imitar, devia tornar-se atraente aos ouvintes, levando-os à prática das virtudes da humildade, misericórdia, mansidão, abstinência, mortificação, pudor, paciência, caridade para com o próximo, pobres e doentes, em particular os gafos, sempre como meio de merecerem a eterna salvação. Revela-se elucidativo, a propósito, o código 116 do fundo alcobacense, valioso repositório de sermões e alocuções marianas de autor anónimo cisterciense, estudado pelo medievalista José Marques, textos ricos em doutrina e surpreendentes em beleza literária, que se espraiam em «abundantes apelos à penitência, à mudança de vida, à compreensão da função corredentora de Maria»²¹.

A novidade da pregação mendicante

O segundo período da pregação mediévica inicia-se, também entre nós, com o aparecimento das ordens mendicantes e a sua oratória carismática contra a riqueza e a heresia²². O ideal de vida de despojamento e errância dos observantes franciscanos era, sem dúvida, uma ruptura com o estabelecido pelos *codices regularum* de Pacómio, Ambrósio, Agostinho, Bento de Núrsia, Isídio e Leandro de Sevilha, Frutuoso de Braga, ligadas a uma existência sedentária e enquadrada no domínio rural. A implantação de franciscanos e dominicanos em território lusitano acompanharia, aliás, a expansão do arroteamento de terras, a fim de absorver os excedentes da população desde cavaleiros do norte do país à gente assalariada do centro e sul²³. Terminada, em 1217, a cruzada contra a moirama que ocupava o território disputado, pessoas com bens e dinheiro abundavam. As cidades reanimam-se. Santarém, por exemplo, conquistada aos mouros cerca da metade do século XII, esparrama o burgo para fora da muralha defensiva. Nesse espaço que a gente pobre procura para habitar, cavões e artesãos, desocupados e mendigos erguem moradias ao longo desse período, ao lado dos “guetos” de judeus e mouros²⁴. Os mendicantes – dominicanos desde 1217/18 e franciscanos a partir de 1242 – instalam-se nos bairros extra-muros ocupados por esta população marginalizada, carente de sentida fraternidade ou objecto de óbvia tentativa de conversão²⁵. Dentro da área muralhada contavam-se, em 1261,

ao orador sugerir sentidos recônditos, estabelecer paralelos insuspeitados, revelar harmonias misteriosas, vivificar pela imaginação algumas palavras e doutrinas de aparência fria e inane. Daí a frequentíssima aplicação deste recurso, que aliás quadrava admiravelmente ao sentir e ao anelo das almas.

¹⁸ Cf. M. Zinck, *op. cit.*, p. 130.

¹⁹ Ver J. Mattoso, *op. cit.*, p. 377-393.

²⁰ *Synodicon hispanum, II. Portugal*, dir. A. García Y García, Madrid, Biblioteca Autores Cristianos, 1982, p. 293.

²¹ José Marques, «Alguns sermões marianos do fundo alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa», in *Actas. Cister: espaços, territórios, paisagens. Colóquio Internacional 16-20 de Junho de 1998*, Mosteiro de Alcobaça, I, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 201.

²² M. Zinck, *op. cit.*, p. 128; J. Mattoso, *op. cit.*, p. 323.

²³ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 291.

²⁴ Idem, «Estratégias da pregação no século XIII», in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, p. 192-193.

²⁵ António do Rosário, «De Santarém, pelo tempo de Santo António», in *Colóquio Antoniano, Na comemoração do 750º aniversário da morte de Santo António de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1982, p. 75.

dezanove igrejas repartidas pelas paróquias. A pregação esperada seria, portanto, diferente da proferida pelos seculares, mergulhada por certo em profanos interesses de dízimos e emolumentos que o povo tinha por onerosos, pois até coadjutores de bispos e de curas se retraíram a exigir-los, como parece induzir-se do *Liber Poenitentiarius*, datado de cerca de 1247, da autoria do franciscano Fr. João de Deus, que considerava cometerem pecado de omissão os que a tal obrigação se furtassem²⁶. Verificar-se-ia idêntica situação em vários lugares análogos do reino submetido aos mesmos condicionantes conjunturais. O entusiasmo pelo estilo de vida e pregação dos mendicantes foi, sem dúvida, grande, a ponto de nas principais cidades e vilas do reino se fundarem conventos franciscanos e dominicanos, como se verificou em Guimarães, Porto e Santarém, originando-se graves diferendos que acabaram por ser resolvidos com a marcação de espaços e dias em que poderiam dirigir a palavra de Deus às respectivas populações. Por outro lado, ainda em meados do século XV, era grande a carência de uma pregação evangélica por ministros capazes, se atendermos ao que o autorizado medievista José Marques pode concluir, após haver recolhido «mais de dois milhares de registos de cartas de confirmação de clérigos diocesanos, monges e frades, em benefícios na Arquidiocese de Braga», bastantes até originais, notando que, se nas mesmas «se insiste de forma sistemática na celebração da missa, administração dos sacramentos, conservação das igrejas, casas paroquiais e herdades, tais cartas são omissas quanto à pregação e catequese»²⁷. Por outro lado, sendo uma obrigação do bispo doutrinar o povo de Deus, a que, por si próprio, não pode acorrer dadas as dimensões do espaço diocesano de que é o pastor, os concílios ecuménicos pronunciam-se sobre a necessidade dele dispor de auxiliares preparados para o coadjuvarem. Nesse sentido, o Lateranense III (1179) convocado pelo papa Alexandre III ordena, no cânon 18, que cada igreja catedral atribua a um mestre, destinado a ensinar gratuitamente os clérigos dessa igreja e os escolares pobres, um benefício suficiente para a satisfação de suas necessidades, de forma a manter uma via de conhecimento aberta aos estudantes, restabelecendo-se nas outras igrejas ou mosteiros a contribuição já destinada ao mesmo fim²⁸. Por sua vez, o Concílio de Latrão IV (1215), reunido sob o pontificado de Inocêncio III, reiterando no cânone 10 a importância do alimento espiritual da alma, ao reconhecer que os bispos só por si não chegam para dispensar a palavra de Deus ao povo, sobretudo nas dioceses extensas e com povoamento disperso, manda-os designar, a fim de cumprir salutarmemente a tarefa da santa pregação, homens idóneos, poderosos em obras e palavras, que, em seu lugar, edifiquem pela palavra e exemplo as populações que lhes foram confiadas, as visitem com solicitude, quando eles próprios o não possam fazer, e lhes dispensem tudo o que lhes seja necessário; e também nas catedrais como nas igrejas conventuais haja homens idóneos, que os bispos poderão ter como coadjutores e colaboradores, não só para o ofício da pregação, mas ainda para ouvir confissões. Ao notar que não era de todo ainda observado o estabelecido no concílio anterior a respeito do mestre-escola, decreta que, não só na igreja catedral como em todas que disponham de recursos suficientes, o superior deve procurar um mestre idóneo, a eleger pelo cabido, para ministrar gratuitamente a clérigos dessas igrejas a gramática e outras disciplinas²⁹. A igreja metropolita, todavia, teria mesmo um teólogo para ensinar Escritura Sagrada aos presbíteros e eclesiásticos e, sobretudo, o que respeite à cura de almas. Em complemento destas diretrizes, o cânone 27 do referido Concílio, que considera o governo das almas a “arte das artes”, prescreve formalmente aos bispos para serem dili-

²⁶ António Domingues de Sousa Costa, *Doutrina Penitencial do Canonista João de Deus*, Braga, Editorial Franciscana, 1956, p. 114, n. 8.

²⁷ J. Marques, *A pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos* [texto dactilografado para publicação gentilmente facultado pelo Autor], p. 13.

²⁸ *Les Conciles Ecuméniques. Les Décrets*, t. II-1. Nicée I à Latran V, dir. de A. Duval e vv., Paris, Éditions du Cerf, 1994, p. 474-475.

²⁹ *Ibidem*, p. 512-515.

gentes em formarem os que fossem promovidos ao sacerdócio, instruindo-os, eles próprios ou por outras pessoas capazes, na celebração dos ofícios divinos e dos sacramentos da Igreja segundo as rubricas; e sob a ameaça de graves sanções intima também os prelados a que, de futuro, não ousassem ordenar homens ignorantes e incultos³⁰. Tais disposições acabariam por ser difundidas pelos sínodos provinciais que os metropolitas, conforme o concílio recorda no cânones 6, deviam anualmente reunir, a fim de corrigir abusos e tratar da reforma de costumes em particular no respeitante ao clero³¹. Assim se comprehende que este impulso à pregação por pessoal idóneo, coincidente com o expandir dos mendicantes, lhes tenha gerado, como assinala Zinck, nos primeiros anos da sua existência, uma grande preocupação em recrutar vocações nas escolas universitárias e no seio das ordens já existentes, entre noviços, estudantes dotados e mestres famosos³².

O crescer dos movimentos heréticos havia levado o papado em 1220 a pressionar a intensificação desse recrutamento, a fim de lhes dar combate, a ponto de, em Abril do mesmo ano, Honório III pedir aos bispos das *marcas* fronteiriças para encontrarem nas dioceses quatro, três ou mesmo dois homens de boa vontade, não importava a ordem religiosa, que estivessem dispostos a dedicar-se à pregação na “vinha do Senhor”, contornando se preciso a resistência oferecida pelos superiores para deixá-los sair do mosteiro³³. Deu-se até o caso de o papa Gregório IX em 1230 ordenar aos bispos para autorizarem os frades mendicantes a pregar nas paróquias³⁴. Aliás, já em 1218, o prelado de Coimbra, D. Sueiro, consentira que os dominicanos o fizessem na diocese, concedendo quarenta dias de indulgência a quem os escutasse, por quanto falavam ao povo para se corrigir dos defeitos e permanecer na fé³⁵. Instituídas especialmente para evangelizar as populações e, em particular, para combater a heresia, a ordem dominicana como a franciscana, se conservam a recitação coral do ofício divino, ambas trocam o trabalho manual pelo intelectual e pela assistência a confrarias e ordens terceiras, indo ao encontro das massas, pregando nas praças públicas, albergarias e lugares vis, dinamizando as devoções do Rosário e do Presépio, de forma a cativar e alimentar a religiosidade popular no ideal ascético e místico³⁶. Os casos paradigmáticos da primeira geração de mendicantes portugueses, António de Lisboa (1188/1190?-1231) e Paio de Coimbra (1250/1257?), podem servir para ilustrar não apenas o elo entre as antigas e prestigiadas ordens e as novas, voltadas para uma diferente espiritualidade e acção pastoral³⁷, mas também para mostrar como seriam entre nós conhecidas as directizes papais acima mencionadas. Homens dotados e doutos por seu tirocínio escolar haviam sido recrutados no seio de agostinhos e, talvez, cistercienses. Formado, entre 1212 e 1219, nas comunidades de S. Vicente de Fora e Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho³⁸, ficou Fr. António a dever-lhes a impressionante bagagem cultural humanística e teológica que seus sermões patenteiam e que veio a ser posta brilhantemente em campo na actividade entre os irmãos franciscanos como no embate polémico com os heréticos de França e de Itália, países para onde abalara e, neste último, se finara³⁹. Ainda que sejam escassos

³⁰ *Ibidem*, p. 530-531.

³¹ *Ibidem*, p. 506-509.

³² M. Zinck, *op. cit.*, p. 129.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Cf. Patrícia Anne Odber de Baubeta, «Pregadores e Sermões», in *Igreja, Pecado e Sátira Social na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 128.

³⁵ Francisco da Gama Caeiro, «Os primórdios dos frades pregadores em Portugal. Enquadramento histórico-cultural», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Dominicanos, 1984, p. 166.

³⁶ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 194-195.

³⁷ Ver breve e elucidativo cotejo entre os dois mendicantes em F. Gama Caeiro, *loc. cit.*, p. 164-165.

³⁸ *Ibidem*, p. 164 e *Santo António de Lisboa. Introdução ao estudo da obra antoniana*, I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 17-96.

³⁹ Ver: *Santo António de Lisboa, Obras completas. Sermões dominicais e festivos*, (edição bilingue) Introdução, Tradução e notas de Henrique Pinto Rema, Prefácio de Jorge Borges de Macedo, 2 vols., Porto, Lello e Irmão – Editores, 1987.

os dados biográficos de Fr. Paio de Coimbra, sabe-se por informação de Fr. Luís de Sousa que veio à religião, entrado já em dias, e conhecido por letras, e virtude.⁴⁰ E, se atendermos a que Fr. Domingos Peres de Lisboa copiou o sermonário do dominicano, no *scriptorium* de Alcobaça, em 1250, a pedido de D. Pedro Enes, o abade cisterciense de Tarouca⁴¹, não será forçado conjecturar, até pelo conhecimento do serviço de cura de almas a que também se dedicavam os monjes bentos, uma ligação estreita e antiga entre estes e Fr. Paio, que foi prior do convento conimbricense da sua ordem, a ponto de lhes poder dever a sua aprendizagem intelectual e formação teológica. A *Summa Sermonum* que lhe é atribuída forma um conjunto de 406 peças de teor esquemático, esboçadas a partir de perícopes bíblicas e destinadas a celebrações marcan tes do ano litúrgico, cuja ordenação corresponde ao ritmo quotidiano de uma sociedade rural⁴². Escritas ao longo da vida, a sua *materia praedicabilis* reflecte uma cultura escriturística, patrística, hagiográfica, histórica e escolástica coevas e denota uma pronunciada feição moralisante e apologética na defesa da Igreja e da fé católica⁴³. Os escopos desses esquemas de sermões, onde se encontra o recurso à didáctica dos *exempla*⁴⁴, espriadam-se pelo doutrinário teológico e ético-normativo, cristológico e mariano, panegírico, exegético-alegórico, ascético-místico e pastoral⁴⁵. A seiva literária escorre das designadas e englobantes «divinas Escrituras» que compreendiam a Bíblia, a patrística, os concílios e textos que encorporavam a corrente da tradição⁴⁶. Por sua vez, os *Sermons*, dominicais e festivos, de Santo António, de teor doutrinário e moral e também de estrutura esquemática, com abundante recurso às fontes bíblicas, foram organizados

⁴⁰ Fr. Luis de Sousa, *História de S. Domingos*, [ed. de 1866], Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, I, Porto, Lello e Irmão – Editores, 1977, p. 284 [L. III, cap. II]. Ver sua vida e milagres, in p. 284-290.

⁴¹ Cf. Mário Martins, «O Sermonário de Frei Paio de Coimbra do Cód. Alc. 5/CXXX», in *Didaskalia*, III (1973), p. 337-362; J. G. Tuthill: *The sermons of Brother Paio: Thirteenth century Dominican Preacher (Sermons in Latin Text)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à University of Califórnia, 1982 e «Fr. Paio and his 406 sermons», in *II Encontro sobre História Dominicana*, I, Porto, Movimento Bartolomeano, 1984, p. 347-353.

⁴² Cf. Bernardino Fernando da Costa Marques, *Sermonário de Frei Paio de Coimbra: Edição e Interpretação da Estrutura e Formas de Pregação* [Dissertação de Mestrado em Filosofia], Porto, Faculdade de Letras, 1994, p. XII.

⁴³ Apresenta Costa Freitas um quadro analítico circunstanciado em que todo o conteúdo do sermonário de Fr. Paio é distribuído por 21 secções, desde a p. XVII a XXIII.

⁴⁴ Atente-se na esclarecedora conceptualização destes suportes literários dos discursos parenéticos adiantada por Joaquim de Carvalho: «Chamavam-se “exemplos” (*exempla*) as historietas, apólogos, narrativas, parábolas, fábulas, etc., a que o pregador recorría para tornar acessível o ensino religioso ou moral que predicava. Como disse o franciscano Etienne de Bourbon (1260) no ‘Tractatus de diversis materiis praedicabilibus’, os *exempla* exercem uma acção benéfica no auditório: servem para evitar males vindouros, para detestar vícios, para dar confiança a desesperados, para humilhar presunçosos, para converter perversos, para a penitência, para consolar aflitos, para inflamar os corações no amor de Deus, etc. De origem oriental e greco-latina, o «exemplo» tornou-se um processo narrativo e moralizante de frequentíssimo emprego em todos os géneros de Literatura religiosa e didáctica até ao triunfo do Humanismo e do novo estilo que a pregação adquiriu na Contra-Reforma. [...] O *exemplum* proporcionava, pois, a maneira de tornar acessível a doutrina, mormente nos auditórios populares que não podiam seguir com facilidade a exposição de concepções abstractas nem o desenvolvimento de argumentações dialécticas. Demais, o «exemplo» abria ainda a porta do poder sem limites da transfiguração simbólica, cuja aplicação assinala também uma das características do Sermão medieval». In *Os Sermões de Gil Vicente e a Arte de Pregar*, citada em 4, p. 13-14. Sobre o assunto ver a obra clássica de J.-Th. Welter, *L'exemplum dans la Littérature Religieuse et Didactique du Moyen Age*, Paris – Toulouse, Occitanis, 1927.

⁴⁵ Ver: os dois sermões publicados na íntegra por Francisco Gama Caeiro, «Fontes Portuguesas da Formação Cultural do Santo», in *Itinerarium*, 27 (1981), p. 136-164; John Tuthill, «Frei Paio's Sermons on the Virgin Mary», in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 850º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978). Actas*, II. Comunicações, Guimarães, Câmara Municipal, 1981, p. 193-213; Klaus Reinhardt, «Die Sermones von Fray Paio de Coimbra OP (c. 1250) im lichte der Biblischen Exegese seiner zeit», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, I, p. 365-372, e o mesmo texto em espanhol: «El Sermonario de Fray Paio de Coimbra a la luz de la Exegesis Bíblica de su tiempo», p. 372-380; Geraldo J. Amadeu Coelho Dias, «Os Sermões de Frei Paio de Coimbra e o Antigo Testamento», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, p. 381-390.

⁴⁶ Ver a transcrição da *Summa Sermonarum de Festivitatibus per anni circulum*, in B. F. da Costa Marques, *op. cit.*, p. 5 e ss.

no fim de sua vida⁴⁷. Do cotejo entre os escritos parenéticos do franciscano e os do dominicano parece ressaltar que se destinariam tanto a ser um auxiliar da pregação, como a constituir uma espécie de manual de oratória sacra para preparação de futuros pregadores de ambas as ordens. A obra parenética antoniana, de que há edições integrais bilingues⁴⁸, é subsidiária de uma raiz augustiniana e ascético-mística, no exercício da oração e penitência, e de um espírito genuinamente tributário do *Poverello* de Assis, aberto à natureza e ao símbolo, ou seja à utilização do visível como teofania do invisível. A exegese da Escritura Sagrada, de que era Santo António preciosa “arca”, e que constituía o suporte mais robusto da sua pregação, assentava na metáfora da quadriga em que as quatro rodas correspondiam aos sentidos histórico, alegórico, tropológico e anagógico por onde passava a interpretação dos signos literal, dogmático, moral e místico. Assim se lhe tornava possível o fecundo manuseio argumentativo da *allegoria facti* e da *allegoria verbi* as quais animariam os seus sermões e cativariam os que, aos milhares, acorriam a ouvi-lo⁴⁹.

Os conflitos de estilo na pregação medieval e a impreparação do clero secular

A parénese dos mendicantes acusa a clivagem conflituosa entre a praticada pela clerisa secular de pendor comunicativo, homiliético, singelo e familiar, acusando carências graves de cultura e credibilidade, acomodações chás dos imperativos de uma pastoral administrativa, e a dominicana e franciscana mais liberta e evangélica, embora nem sempre pacífica, quando desprendidamente se fazia. Assim aconteceu em 1261, na vila de Santarém, quando, na ânsia de guardarem e alargarem o domínio exclusivo de espaços para a sua actividade religiosa, as duas ordens se envolverem em lamentável disputa só sanada com a intervenção dos superiores gerais e das autoridades régias e locais⁵⁰. De resultado positivo só o facto de se passar a estabelecer em pormenor as igrejas e solenidades em que alternada ou simultaneamente podiam uns e outros pregar, bem como, para o mesmo efeito, quais as comunidades religiosas femininas ligadas a uns e outros⁵¹. Aliás, a rápida difusão dos mendicantes nas principais vilas e cidades do reino e o impacto pela circunstância provocado deram origem também a tensões deploráveis, como sucedeu em Braga, Porto e Guimarães, dentro da segunda metade do século XIII, às vezes até ultrapassando-o⁵². Na verdade, segundo as pesquisas do investigador José Marques que utilizamos, o cabido bracarense conseguiu, em 1279, celebrar um compromisso com o município, a fim de obstar que os mendicantes se instalassem na cidade primaz⁵³. A veneração com que o povo os distinguia levou o clero secular a confiar-lhes o ministério da pregação em certos templos urbanos onde acabavam por se instalar. Nasceram, porém, querelas sobre aquela missão pastoral, como ainda a propósito de emolumentos pelos ofícios de sepultura de defuntos

⁴⁷ Cf. H. Pinto Rema, in ‘Santo António de Lisboa’, *Obras Completas*, 1º vol., p. XXIX-XXXI e LXIV-V.

⁴⁸ Melhor do que a ultrapassada e hoje rara edição de A. M. Locatelli é a de B. Costa, L. Frasson, I. Luisetto e P. Marangon: S. Antoni Patavini, I – *Sermones dominicales* (a dominica in Septuagesima ad dominicam VIII post Pentecosten), II – *Sermones dominicales et mariani* (a dominica IX post Pentecostem ad dominicam III post octavam Epiphaniae), III – *Sermones festiui*, Padova, 1979. Excelente, para o público de língua portuguesa, é a edição bilingue do franciscano Fr. Henrique Pinto Rema, atrás citada.

⁴⁹ Cf. Agostinho de Figueiredo Frias, *De signis pulsandis: Leitura Hermenêutica de Santo António de Lisboa e Frei Paio de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Filosofia Medieval, Porto, Faculdade de Letras, 1994, p. 174.

⁵⁰ Ver: A. do Rosário, *loc. cit.*, p. 78-80; J. Mattoso, *loc. cit.*, p. 194-195. A documentação referente ao diferendo havido em Santarém relativo à *Sentença-arbitragem*, datada de 17 de Novembro de 1261, que teve a intervenção do Mestre Geral da ordem de S. Domingos, encontra-se no original latino, respectivamente, em A. Rosário, p. 82-89, e na tradução portuguesa, em J. Mattoso, *op. cit.* em 24, p. 196-202.

⁵¹ José Marques, *loc. cit.* em 27, p. 10-17.

⁵² A. Rosário, p. 78-80 e J. Mattoso, p. 199-201.

⁵³ *Ibidem*, p. 10-11.

que, por devoção, nessas igrejas desejavam ficar tumulados⁵⁴. Em 1297, a Colegiada vimaranense acordou entregar aos mendicantes o ministério da pregação nos templos da vila, pela qual recebiam módica remuneração⁵⁵. A composição pacífica celebrada entre os interessados, apesar das dificuldades materiais subsequentes à peste negra no século XIV, foi renovada em 1409 e previa mesmo um minucioso calendário da pregação a ser anualmente cumprido, compreendendo os domingos do advento e da quaresma, as festas principais do ciclo litúrgico, de Cristo, de Nossa Senhora e dos santos, tanto na Colegiada como nas igrejas de S. Domingos e S. Francisco, S. Paio e Santa Margarida, nestas últimas só nos dias do orago e em algumas festas de devoções aí praticadas⁵⁶. Pela prestação de tais serviços, a instituição outorgante concedia-lhes a chamada “porção funerária” que consistia na quarta parte das ofertas levadas aos ditos mosteiros por altura dos funerais ali feitos. Em troca, comprometiam-se, os frades a lembrar aos fiéis a obrigação do pagamento das dízimas, primícias e outros direitos devidos aos párocos e de irem às missas e pregações aos domingos e festas de guarda; enquanto os capelães da Colegiada deviam recomendar aos fregueses para que participassem nas festas litúrgicas dos referidos mosteiros e ouvissem as pregações⁵⁷. O que se verificava, a nível de uma prestação mais exigente do ministério da palavra, é que, se isto não obstava a que houvesse a ordinária e singela homilia nos domingos e dias santificados, parecia não ser de molde a estimular o aparecimento de oradores do clero secular. O caso de Guimarães, que no reino deveria ter outros paralelos, mostra ter existido ainda certo cuidado em assegurar a prestação deste serviço, pois havia no convento de S. Domingos, em 1426, quatro doutores, um mestre em Teologia e dois bacharéis⁵⁸. O alheamento da Colegiada duma obrigação que também era sua, pois cabia aos capitulares o ónus de pregar, chegou a merecer o reparo do superior dos franciscanos, Fr. João de Vila Franca, num sermão na igreja da Nossa Senhora da Oliveira em finais de 1445, a ponto de denunciar «a ignorância da clerezia do arcebispado» e, em particular, de «sacerdotes et ecclesiarum rectores villa», atingindo por concomitância os membros da instituição canonical vimaranense que, irritados, lhe moveram um processo canónico⁵⁹. Ao mostrarem-se inaptos para proclamar a palavra de Deus, eram hereges, sublinhara o religioso, porque assim a tolhiam⁶⁰. E as tensões entre a Colegiada e os mendicantes repetiram-se. Em 1448, os franciscanos não se apresentaram no púlpito de S. João da Ponte, na festividade anual⁶¹. Por altura da peste de 1453, a procissão que devia recolher em S. Domingos, encaminhou-se para S. Francisco e os dominicanos contestaram. Oito anos depois, acelerou-se a ruptura com os franciscanos. Temendo ficar sem oradores para as principais festividades litúrgicas, decidiu a Colegiada sustentar um «pregador letrado pera em ella pregar a palavra de Nosso Senhor aos fieis cristãos e moradores da dita vila»⁶². Valeu a detença neste quadro da pregação no norte de Portugal quattrocentista por haver permitido, em paralelo, dar a conhecer aspectos significativos indicadores do estado do ministério da Palavra de Deus que pelo clero secular era confiado aos mendicantes. Sendo os dominicanos e franciscanos, no parecer autorizado de Chenu, «ao mesmo tempo os arautos da jovem Cristandade e os Mestres da nova Universidade»⁶³, perfilavam-se

⁵⁴ *Ibidem*, p. 14.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 12.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 12-14. O assunto e subsequentes desenvolvimentos foram já tratados pelo mesmo investigador, acompanhados de documentação, em: «A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)», in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978). Actas*, volume II, Comunicações, Guimarães, 1981, p. 265-267 e 293-296.

⁵⁷ Idem, *A pregação em Portugal na Idade Média*, p. 14.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 15.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 15-16.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 16.

⁶¹ *Ibidem*, p. 16-17.

⁶² *Ibidem*, p. 17.

⁶³ Cf. M.-D. Chenu, *La Théologie au Douzième Siècle*, 3^a ed., Paris, 1976, p. 260.

como hostes apostadas também numa autêntica pregação carismática, a contrastar com a praticada pelo clero secular, pobre e acomodatícia. Responsáveis directos pela vida cristã diocesana, os bispos conheciam as directizes papais a seguir. O prelado lisbonense D. Domingos Jardo autoriza em 1293, com a aprovação do cabido, que os estudantes residentes no Hospital de S. Paulo, sito na paróquia de S. Bartolomeu, possam como os outros presbíteros pregar aos fiéis e confessar no termo da cidade e em toda a diocese, com recurso ao toque dos sinos, autorização estendida por Bonifácio VIII, dois anos depois, a seis escolares pobres do Hospital de Santo Elói e Clemente⁶⁴. E, se havia a colaboração de universitários para o ministério da Palavra, será de atender que, em 1448, este existiria para os académicos, à semelhança do que se passava na Europa, pois o Infante D. Henrique disponibiliza recursos para que o mestre de Teologia celebre a festa de Santa Maria de Março, no dia de Anunciação de Nossa Senhora, assistida por «todos os leentes E escolares» por sua vida, que deveria manter-se após falecer, com missa e pregação, e da mesma forma na confraria do Salvador, no princípio de cada ano lectivo⁶⁵.

O poder político de uma sociedade sacral quereria, por sua vez, uma pregação eficaz. Atitude normativa paradigmática encontra-se na Primeira das *Sete Partidas* de Afonso X, obra didáctica escrita por 1258, de escopo legislativo e moral. No texto que circulou em Portugal, as leis XL a XLVIII tratam do ministério da palavra sagrada no seu anúncio ao povo. A inspiração bebeu-a o autor em S. Paulo, S. Gregório Magno e na *Summa* de S. Raimundo de Peñafort, ao que parece. O pregador, lembra, deve ser como o médico, semelhante a um desses «bôos físicos que nô desenparâ os enfermos ante[s] os uâ prouando todauias aquelas cousas cõ que os cuydam»⁶⁶. Por sua vez, a pregação é «çijza que deita adecoada e laua as outras cousas e ella fica lixossa em ssy»⁶⁷. Como S. Jerónimo, vê-a sob o símile do «latido do cão» que pela palavra mete medo. A clérigos e leigos deve o prelado mostrar-lhes a crença a conhecer e, depois de entendida, a necessidade de guardarem-se de pecar. Recomenda aos pregadores que falem na igreja ou outro lugar «onesto», ante todos e «nô apartadamente», usando de caridade, tanto no dizer como no proceder, sendo de vida honesta, pregando bem, moderados nas palavras que, por singelas, se percebam e aproveitem aos ouvintes, «dirigidas sem recado», furtando-se a disputas públicas diante dos herejes, para que não aconteça de os menos entendidos caírem no erro⁶⁸. Como as fontes eram comuns, não surpreendem as convergências. No segundo sermão de Santo André e na esteira do Doutor das gentes, Fr. Paio de Coimbra distingue três classes de pregadores: os que vivem e ensinam bem como apóstolos; os que vivem mal e ensinam bem como mercenários; os que vivem mal e ensinam mal como heréticos⁶⁹. Os aspectos formais da oratória do púlpito acusavam, por seu lado, evolução a registar. Se, conforme anota o medievista Charland, no começo do século XIII, a pregação desconhecia regras fixas e receitas impostas⁷⁰, Santo António e Fr. Paio mostravam conhecer o novo estilo de pregar que as *artes praedicandi* prescreviam indicando as partes constitutivas do sermão: o *thema* (enunciação da perícope bíblica), o *prothema* ou exórdio (correspondente a outra enunciação com os pontos a tratar e o apelo à oração destinada a obter a graça de Deus para que a Sua palavra frutificasse), a *dilatatio* ou *expositio* (desenvolvimento da matéria do sermão) e a *conclusio* ou peroração (conclusão exortativa à prática)⁷¹.

⁶⁴ Cf. *Chartularium Universitatis Portucalenses (1288-1377)*, Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, p. 26 e 28.

⁶⁵ *Ibidem*, vol. VI (1974), p. 182.

⁶⁶ José de Azevedo Ferreira, *Alphonse X. Primeyra Partida. Edition et Étude*, Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 240.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 233.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 234.

⁶⁹ Ver B. F. da Costa Marques, *op. cit.*, «sermo IIus», p. 15.

⁷⁰ Th.-M. Charland, *Artes Praedicandi. Contributions à l'Histoire de la Rhétorique au Moyen Age*, Paris – Ottawa, 1936, p. 225.

⁷¹ Ver Joaquim de Carvalho, *op. cit.* em 4, p. 12-13. Sobre o assunto, veja-se o estudo clássico de Étiennne Gilson, «Michel Menot et la technique du sermon médiéval», in *Les Idées et les Lettres*, Paris, 1932, p. 93-154.

Circularam, com efeito, sobretudo em nossos meios conventuais: o *Processus negotiandi themata sermonum*, que aparece num códice alcobacense da B.N. de Lisboa anexado à *Summa* de Fr. Paio de Coimbra e com alguns sermões avulsos, atribuído ao mestre franciscano João de la Rochelle ou de Rupella (1245)⁷² que, segundo a *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (II, 54), «foy muy grande pregador e homem muy claro em rreligiosidade e ciemcia e discriçam e outro sy de tamto engenho que, emaddendo elle aa sotileza dos primeiros meestres, feze arte e modos esquisitos de pregaçom e leitura em na facultade de Theologia»⁷³; a *Summa de arte praedicatoria* de Alain de Lille que Fr. João da Póvoa registou no seu inventário quattrocentista da livraria de S. Clemente das Penhas (Matosinhos) sob a designação de «tractado magistri Alani de arte praedicandi»⁷⁴; a *Summa de arte praedicandi* de Thomas de Chobham⁷⁵; a controvertida *De Arte praedicandi* de João de Galles⁷⁶. A proliferação dos mendicantes e a frequência da instituição universitária, criada em 1288 na versão de Estudos Gerais, e das Universidades italianas, inglesas e castelhanas intensificaram a preparação de pregadores que acomodavam a letra e o espírito da *lectio*, *disputatio* e *praedicatio* da lição magistral, habilitando-os para auditórios especializados e exigentes. Aliás, adverte Chenu, esta pregação cuidada, pautada pelo rubricismo das *artes praedicandi*, destinava-se a clérigos habituados por ofício a todos estes procedimentos retóricos e a públicos heterogéneos, cortesãos e urbanos, mais exigentes⁷⁷. Refira-se que os letRADOS de formação universitária e os Infantes da Ínclita Geração conheciam a teoria da oratória clássica. Existia uma cópia da *Rethorica ad Herenium* na Biblioteca Alcobacense. D. Duarte cita a *Retórica de Aristóteles* e manda traduzir a Afonso de Cartagena a *Retórica* de Cícero cujo *De Oratore* é citado por Vasco Fernandes de Lucena na *Oração da Obediência* nas cortes de Évora de 1481⁷⁸.

O ministério da palavra direcionado para o povo comum continuaria, porém, a seguir o esteriótipo homiliético sem descurar o conteúdo catequético e moral. O *Livro das Confissões* de Martim Pérez, pertencente ao século XIV, adverte que «tres couças deue pregar o pregador aas almas. As couças celestiaeas pera aas amar & desejar & ganhar. Os peccados pera aos leixar. As uirtudes & aas booadades pera as tomar & gardar & uestir.se delas»⁷⁹. Sendo, pois, o destinatário o que ditava o teor formal dos *sermones dominicales*, *de tempore* e *de sanctis*, as circunstâncias ampliavam a tipologia da pregação enquanto tinham lugar em: exequias, expedições militares, acção de graças, anúncio de cruzadas, confrontos bélicos, intronizações régias, calamidades públicas, peregrinações, abertura de sínodos e concílios, e tantas outras motivações⁸⁰.

⁷² B. F. da Costa Marques, *op. cit.*, p. XXXIX. Trata-se do códice 130, ff. 180-185, citado por Th. M. Charland, *op. cit.*, que o não terá directamente consultado, conforme sugere B. F. Costa Marques, em n. 22. Ver também Joaquim de Carvalho, *op. cit.* em 4, p. 15. Transcrição integral do texto de Rupella contido no códice 130 da B. N. L., in Agostinho Figueiredo Frias, *op. cit.* em 49, p. CIV-CXXVII.

⁷³ Citado em C. de Oliveira e S. Machado, *Textos Portugueses Medievais*, p. 666. A obra referida é a *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, editada por J. J. Nunes, 2 vols, Coimbra, 1918.

⁷⁴ Cf. José Adriano de Freitas Carvalho, «Inventários de S. Clemente das Penhas [Matosinhos]. 4 – Inventário de 21.X.1474 por Fr. João da Póvoa», in *Nobres Leteras ... Fertos Volumes. Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV. Os Traços da união das reformas peninsulares*, Porto, Instituto de História da Espiritualidade e de Cultura Portuguesa da F.L.U.P., 1995, p. 110, nº 20.

⁷⁵ Thomas de Chobham, *Summa de arte predicandi*, cura et studio Franco Morenzoni, Turnhout, ed. Brepols, 1988.

⁷⁶ Ver Th.-M. Charland, *op. cit.*, p. 59-60.

⁷⁷ Do prefácio de Chenu à obra clássica de Charland, referência de A. de Figueiredo Frias, *op. cit.*, “Anexos – Introdução”, p. II.

⁷⁸ Cf. C. de Oliveira e S. Machado, *op. cit.*, p. 666.

⁷⁹ Citado por Patrícia Anne Obder Baubeta, *op. cit.*, p. 127.

⁸⁰ Ver *Ibidem*, p. 123-126 e Idem: *Towards a History of Preaching in Medieval Portugal*, Extract from «Portuguese Studies», volume 7 (1991), p. 1-18 e «A pregação e a sociedade medieval portuguesa», in *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. Congresso Internacional de História. Actas, vol. I: Cristandade Portuguesa até ao século XV. Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental, Braga, U.C.P., C.N. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, F.E.C., 1993, p. 291-296.

Há lugar, por isso, para a consagrada distinção entre pregação ordinária e extraordinária. Significativos exemplos da última encontram-se na crónica da *Conquista de Lisboa* (1147); nas de Fernão Lopes, de Zurara, de Rui de Pina, de Garcia de Resende; e no *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*. Quanto à pregação apologética e contra práticas pagãs e crenças heréticas e à dirigida a judeus e mouros, até certo ponto tolerados, embora na prática sempre combatidos, há, desde cedo, vestígios inequívocos da sua existência. Gastão de Fox, bispo de Évora, contemporâneo do conimbricense Paterno, aparece mencionado como autor de tratados doutos em língua árabe para conversão dos maometanos⁸¹, o que testemunha a existência de uma comunidade que conservara a sua identidade, mas por outro lado se ia deixando atrair pelo culto cristão. Celebravam os sarracenos S. João Baptista, que o Alcorão considera mártir e profeta; e desciam dessas ilhotas disseminadas por terra católica portuguesa, juntando-se a moçárabes e mouros livres, para irem ao santuário algarvio do Cabo do Corvo em peregrinação⁸². O dominicano Fr. Paio de Coimbra, cerca dos meados do século XIII, atacava, não obstante, os blasfemadores muçulmanos que não criam na divindade de Cristo; e, um pouco no estilo apologético do, mais tardio, *Livro da Corte Imperial*, fala, no último dos cinco sermões a S. Sivestre, «da disputa que o santo sustentou com doze sábios judeus, lembrando-nos que, sem Deus, nada podemos na luta contra os judeus, sarracenos, demónios e falsos irmãos»⁸³. As conhecidas pregações do judeu converso e clérigo Mestre Paulo, em Braga, que eram feitas compulsivamente à comunidade judaica da urbe, e levou à intervenção drástica de D. Afonso V, em 1481, segundo a documentação revelada por Baquero Moreno, inscreviam-se, por certo, numa sermonária apologético-proselítica⁸⁴. O zelo do pregador, de tão extremo, arrastava-o a uma linguagem que resvalava para o ataque directo, obviamente à consabida "perfídia judaica", destinada a mover à conversão menos pela força das razões do que pela violência e o medo. O sentimento anti-semítico da população, excitada pelo que via e escutava, desencadeava no povo o "ódio e escândalo" que conduziam ao tumulto e punham em perigo a política régia de tolerância e acalmia desejadas nas relações entre as duas comunidades.⁸⁵ Sendo o leque de comunidades judaicas no reino de dimensão significativa, e basta juntar a da cidade dos arcebispos às de Guimarães, Vila do Conde, Barcelos, Ponte de Lima, Moncorvo, Chaves, Mogadouro, Lamego, Viseu, Coimbra, Leiria, Trancoso, Extremoz, Évora, Lisboa, Beja, Loulé e Tavira⁸⁶, para se avaliar as intenções do conteúdo dos títulos 67 e 68, do livro II, das *Ordenações Afonsinas*⁸⁷ e as constituições LVI, LVII e LIX do Sínodo de Braga de 1477, presidido por D. Luís Pires⁸⁸. A conversão da «gente da nação», porém, era um desiderato da hierarquia eclesiástica em que as ordens mendicantes se empenhavam em corresponder. O cronista seráfico Fr. Manoel da Esperança indica os franciscanos Fr. Domingos Bonelo e Fr. Domingos Lourenço, do convento de Lisboa, como comissários do papa para a conversão dos judeus⁸⁹. Os provinciais dominicanos portugueses, na sequência das determinações dos

⁸¹ [D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas] *Memorias Historicas do Ministerio do Pulpito*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1776, p. 98.

⁸² Mário Martins, *loc. cit.* em 41, p. 348-349.

⁸³ *Ibidem*, p. 347-348.

⁸⁴ Ver: Humberto Baquero Moreno, «As Pregações de Mestre Paulo contra os Judeus Bracarenses nos finais do século XV», in *Bracara Augusta*, 30 (1976), p. 53-62.

⁸⁵ Idem, «Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV contra os judeus bracarenses», in *Bracara Augusta*, 32 (1978), p. 117-124.

⁸⁶ Ver Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 19-49.

⁸⁷ *Ordenações Afonsinas*, (edição fac-símile de Coimbra de 1792), Livro I, Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 95-196. t. 67 e 68, Liv. II, p. 423-429.

⁸⁸ *Synodicon Hispanum*, II, p. 129-133.

⁸⁹ Ver Fr. Manoel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Segunda Parte, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Mello, 1666, p. 12 nº 3 e 15 nº 4.

Capítulos Gerais da ordem, votar-se-iam à conversão dos mouros e judeus «à semelhança dos Perigrinantes»⁹⁰. A respeito do combate às heresias o mesmo zelo se notava no bispo de Silves, Álvaro Pais (1333-1339), patente nas disputas e pregações que fazia, verberando nestas clérigos, religiosos e seculares, mais perseguidores e inimigos da igreja do que servos obedientes⁹¹. A conduta religiosa e moral de gente eclesiástica e do povo foi, aliás, objecto de directas censuras na pregação trecentista. O dominicano André Dias criticava os abusos notórios na provisão de cargos eclesiásticos conferidos a sujeitos gananciosos e sem ciência teológica ou apresentados por compadrios de interesses⁹². Por sua vez, o cronista Fernão Lopes refere, reportando-se aos tempos das lutas pela independência, que o povo da capital «fora amoestado em pregações que se partisse dalguns pecados e danados custumes dos gentios que se em ela de longo tempo hussaram, moormente erros de idollatria»⁹³. E, ao longo do século XV, persiste esta pregação reformista contra a conduta delituosa dos clérigos e leigos. O Sínodo do Porto de 1430 ordena a todos os abades e beneficiados, religiosos como seculares, que nas celebrações do Natal, Páscoa, Pentecostes e Santa Maria de Agosto e no tempo da oferta, nas pregações efectuadas nos mosteiros, igrejas de benefícios e nos ladários, em dias das ladinhas e das festas dos oragos, quando o povo estivesse reunido, o admoestasse sobre a necessidade da restituição aos que se houvessem apropriado indevidamente de ‘bens móveis e de raiz’, pertencentes à igreja, a fim de serem absolvidos da pena de excomunhão⁹⁴.

Abundante e variada era, pois, a matéria a tratar no púlpito, se tomada em conta a legislação diocesana, aliás tão concretamente extensa em seus tópicos. Recordam, por exemplo, as Constituições de Lisboa decretadas em 1240 que tanto nas confissões como nas pregações os presbíteros deviam recomendar aos paroquianos que visitassem uma vez no ano a Sé em honra do mártir S. Vicente⁹⁵. Por sua vez, ficou exarado em 1467, no livro de visitações de Óbidos, que o pároco nos sermões e homilias falasse da graça de Deus recebida no sacramento da confirmação⁹⁶. A reconhecida falta de preparação do clero secular para este ministério mantinha-se, porém, em plena era quatrocentista, apesar do esforço dos prelados zelosos. Em 1403, o lisbonense D. João de Azambuja reconhecia que reitores e beneficiados de ordens sacras necessitavam «muito de searem ensinados e sabedores em aquellas cousas que lhe pertecem e som theudos de gardar em si e ensinar aos outros», e «aprenderem gramatica pera entenderem o que rezam e leerem»⁹⁷. Segundo informação reunida pelo investigador José Marques, foram encontrados na diocese de Braga, nas *Confirmações de D. Fernando da Guerra* (1423-1468), presbíteros, a rondar a dúzia e meia de casos, providos em benefícios com cura de almas, que não sabiam ler nem cantar⁹⁸. E, no entanto, a prática do preceito dominical, conforme prescrevia o Sínodo bracarense de 1477 na constituição LIV, destinava-se aos «fieis cristãos se ocuparem em visitar as egrejas e ouvir a missa e a pregação»⁹⁹. Dever este sobre o qual o *Tratado da Confissom* de 1489 manda mesmo interrogar o clérigo penitente: «Se despreçou pregar e ensinar Jhesu Christo»¹⁰⁰. Entenda-se a pergunta, como se deduz, se ministrou ao menos a catequese e

⁹⁰ Cf. António do Rosário, *Notícia de Frades Pregadores em serviço diplomático. Séculos XIII-XVII*, [separata de «A Diplomacia na História de Portugal-1], Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990, p. 31.

⁹¹ Cf. Álvaro Pais. Introdução e selecção de textos de João Moraes Barbosa, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, p. 208-217.

⁹² Cf. Mário Martins, *Laudes e Cantigas Espirituais de Mestre André Dias de Escobar*, Roriz – Negrellos, Mosteiro de Singeverga, 1951, p. 198.

⁹³ Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, Reprodução facsimilada preparada por Anselmo Braamcamp Freire [1915], Parte segunda, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1978, p. 93.

⁹⁴ *Synodicon Hispanum*, II, p. 352.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 293.

⁹⁶ Cf. Isaías da Rosa Pereira, «Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481)», in *Lusitania Sacra*, 8 (1970), p. 172.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Cf. José Marques, *A pregação em Portugal na Idade Média*, p. 10.

⁹⁹ *Synodicon Hispanum*, II, p. 127.

¹⁰⁰ *Tratado da Confissom* [1489]. Fac-Símile. Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 182 [c. XLI].

proferiu a homilia da missa ou прédica equivalente. Acerca duma pregação para o público cortesão, confiada a eclesiásticos para tal função escolhidos, há no declinar da época medieva o testemunho de D. Duarte, cujo ordenamento do culto na capela real englobava os dias e festividades em que obrigatoriamente devia a mesma ter lugar¹⁰¹.

Pregação por leigos

O que não passa sem alguma insistência na legislação eclesiástica é o exercício abusivo da pregação por leigos, casados e religiosos. As *Decretais*, em seu título «de haereticis», falam no assunto, designando as pessoas a quem a mesma era vedada¹⁰². O Sínodo de Braga de 1326, presidido por D. Gonçalo Pereira, ao querer refrear os abusos e burlas dos *questores*, manda que os abades, priores, reitores vigários e beneficiados em suas igrejas, sem aqueles exibirem comprovada licença, os impeçam de propor indulgências e graças apostólicas, e só sob condições os deixem pedir esmolas, abstendo-se, porém, de qualquer pregação¹⁰³. Nas cortes de Elvas de 1361, D. Pedro I decreta análogo procedimento, referindo as reuniões que nas igrejas eles faziam com os povos¹⁰⁴. O artigo IV da concordata de Santarém, inclusa nas *Ordenações Afonsinas*, não disfarça a existência de prelados que vendiam licenças a ichacorvos, nome por que tais impostores eram conhecidos, para fazerem peditórios, dando azo a que constrangessem os povos, sob ameaça de excomunhão, a ouvir as suas pregações¹⁰⁵. A este propósito o Sínodo de Lisboa de 1403 é bem extenso na fundamentação das medidas proibitivas que preconizava, porquanto os demandadores e ichacorvos dos «quaes algūuns emganando mentem dizendo-se seer outros que nom sam em suas pregações propõem e dizem muitos abusões por tal que emganem os simplezes e tirem e levem delles per sotil emganoso engano, ouro, prata, dinheiros, pam e vinho e azeite e lãa e linho e qualquer outra causa que podem tirar e taaes como estes buscam e demandam as suas causas e nom Deus por Deus mais por os gaanhos temporaes e por as ditas causas», sendo a autoridade da Igreja «lançada em desprezamento em perigoo das almas e escandallo de muitos»¹⁰⁶. E Álvaro Pais, com a autoridade que lhe assistia, não deixava também de advertir que «pregar é interdito aos leigos»¹⁰⁷. O mal, porém, de tão arreigado custava a extirpar. A visitação de Santiago de Óbidos de 1454 lembra que se não devia receber ichacorvos¹⁰⁸. O Sínodo de 1477, no tempo do prelado bracarense D. Luís Pires, dá como coisa certa «que muitos ychacorvos e emganadores andam per este arcebispado pedindo esmollas, mostrando lettras falssas e preegando indulgencias e perdoanças mentiroas que nunca forom ou, se algūuas som, acrecentam nellas muitas falssidades e mentiras e assy enganom os simplezes e lhes levam e roubam o seu como nom devem sem lhes ficar proveicto alguum pera suas almas». E mais acrescenta: «furtam e falsificam o nosso sinal e escrepvem causas que nunca em nosso coração penssamos nem Deus queira que outorguemos». Por isso, ordena que sejam impedidos de pregar e pedir esmola, sem rigorosa verificação das licenças passadas que apresentarem¹⁰⁹. O quadro

¹⁰¹ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da cartuxa)*, edição diplomática, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 215-217; D. Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, [cap. LXVIII], p. 413-415.

¹⁰² Cf. Patrícia A. O. Baubeta, *op. cit.* em 34, p. 128.

¹⁰³ *Synodicon Hispanum*, II, p. 41.

¹⁰⁴ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, edição do Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1968, p. 55.

¹⁰⁵ Ver *Ordenações Afonsinas*, ed. citada, II, Livro II, art.º LV, p. 128-129.

¹⁰⁶ *Synodicon*, II, p. 326.

¹⁰⁷ Cf. Álvaro Pais, *op. cit.* em 91, p. 186.

¹⁰⁸ Cf. I. da Rosa Pereira, «Visitações de Santiago de Óbidos», in *loc. cit.*, p. 38.

¹⁰⁹ *Synodicon*, II, p. 41.

da Diocese da Guarda, como revela o Sínodo de 1500, não era diferente: a mesma multidão de ichacorvos a pregar ao povo, nos mosteiros, igrejas e lugares e o mesmo recurso a maus e enganosos modos¹¹⁰. Tudo isto ainda perdurava na viragem de quatrocentos. E, se o testemunho de João de Barros e Gil Vicente pode cobrir o período próximo àquele em que nasceram, a pregação revertia-se também de um estilo apocalíptico de «imprudente praguejar», cheio de abusões escolásticos e profanos, em que a dialéctica escotista marcava presença, de forma a fazer perder a cabeça de quem os pronunciava e os ouvia¹¹¹. O suficiente para surgirem paródias de sermões nas quais, servindo-nos da alusão vicentina, «Estudantes preguaidores/metem sanctas escreturas em sermoes jocosos, alguns a derivar em facéias amorosas, mais sacrilegos que desrespeitosos, e, por isso, condenáveis»¹¹². A ironia de Garcia de Resende torna-se, pois, pertinente ao visá-los na sátira de resposta a Afonso Valente, pondo a ridículo certas especulações patenteadas: *Preegador muy seduizo / c' alegua sempre Ezcoto, e feyticeiro coloto / ou porteiro do estudo*¹¹³.

Sermões da Cruzada

Se, em tempo de cruzada ibérica, desponta, com a empresa da conquista de Lisboa em 1147, a oratória sacra portuguesa em conhecidas exposições narrativas, continuava o seu registo a estender-se ao norte de África, nos inícios da era quattrocentista. Em Lagos, o franciscano Fr. João de Xira, no relato de Zurara, aproveita a circunstância para ler a versão, em linguagem, da Bula da Cruzada e lhe parafraseia o conteúdo, insistindo no apelo à entrega generosa dos expedicionários que, se selada pela morte, lhes traria a glória eterna: *Deus todo poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e Salvação da sua Lei*, acentuara o orador que recorda as atrocidades e devastações pelos árabes cometidas antes da invasão da Península nas cristandades existentes em solo africano¹¹⁴. Por ocasião da ida a Tânger em 1437, D. Duarte foi ouvir Fr. Martinho na igreja do Carmo e a D. Fr. Aimaro, bispo de Ceuta e confessor régio¹¹⁵. A conquista e manutenção dessas praças e o prosseguimento da evangelização do além-mar mantinha de pé a necessidade da pregação da bula papal. Reporta-se à segunda metade do século XV a notícia que dá D. Gil, titular de Titópolis e auxiliar do arcebispo primaz D. Fernando da Guerra, a pregar nas regiões nortenhas de Barroso a bula da cruzada com assistência de numeroso povo que em troca da remissão dos pecados contribuía para os gastos dispendiosos da ofensiva contra os turcos, oferecendo as suas dádivas, como em carta de 7 de Agosto de 1464 o próprio escrevia¹¹⁶. Em pormenores adiantados acerca da pia actividade, conforme essa fonte revelada pelo investigador José Marques, fala o prelado da delegação cometida ao abade de Cabril e ao vigário de S. Vicente da Chã, curas em terras de Montalegre e em seu parecer capazes da colaboração que lhes pedira, aos quais forneceu uma tradução em vernáculo da bula, ficando consigo o original latino, *bem guardado e limpo*. Comunicava na missiva que o mesmo trabalho pastoral fizera em Guimarães e projectava-o ainda para Braga, Ponte de Lima e outros lugares, queixando-se ao Arcebispo da falta do pagamento de três mil e setenta reais, relativos às despesas com idêntica pregação já feita em território vimaranense¹¹⁷.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 255-256.

¹¹¹ Cf. C. de Oliveira e S. Machado, *op. cit.*, p. 669-670.

¹¹² *Ibidem*, p. 671-672.

¹¹³ *Ibidem*, p. 668.

¹¹⁴ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Introdução e Notas de Reis Brasil, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, p. 182.

¹¹⁵ Cf. Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tanger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, p. 55.

¹¹⁶ Cf. José Marques, *op. cit.*, p. 21-22.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 22.

Nos finais do século, o lóio João Mendes, o franciscano Fr. João da Póvoa (1433-1506), confessor e conselheiro de D. João II, e copista muito empenhado no apetrechamento das bibliotecas dos conventos da sua província religiosa, e o dominicano Fr. Domingos aparecem nomeados, pela bula *Orthodoxe fidei* (1486) de Inocêncio VIII, pregadores da cruzada, a juntar sem dúvida a outros mais caídos no anonimato¹¹⁸.

Textos parenéticos e pregadores

Quanto a textos parenéticos firmados por autores portugueses lamentavelmente o elenco não é estimulante, pois, para além dos notáveis sermonários de Santo António e Fr. Paio de Coimbra, o conhecimento que temos por aqui se fica. Há, porém, os inclusos nas crónicas de Osberno, Fernão Lopes e Zurara, a levantar o debatido problema: aonde começa e se estende a mão dos cronistas¹¹⁹? A efectiva cultura teológica e o inegável saber bíblico destes só dificultam a dilucidação desejada¹²⁰. Não seriam essas extensas paréneses contextuais pertencentes aos próprios pregadores ou elaboradas a partir de dados fornecidos pelos mesmos? Ou foram, e bem capazes o eram disso, os cronistas quem inteiramente as redigiram sem sequer o mínimo apoio de «antigas escrituras»? Mas, se tais textos são escassos, abundam referências a pregadores – sua actividade oratória, circunstâncias em que actuaram, contexto histórico-cultural –, relativas a não poucos que viveram nas três centenas de anos do Portugal medievo e que, em sucinto resenhar, importa referir. A obra parenética deixada aponta, como mais notáveis, os atrás mencionados Santo António e Fr. Paio de Coimbra; contudo, variados testemunhos, a tradição e fontes históricas diversas dão-nos notícia de muitos outros.

Para o século XII, há que relevar D. Pedro Pitões, bispo do Porto, que se dirigiu aos cruzados intervenientes no assédio e conquista de Lisboa à moirama (1147)¹²¹. No que respeita ao *século XIII*, entre os **dominicanos**: S. Gonçalo de Amarante¹²²; Fr. João Fróis, nomeado em 1216 pregador de Filipe II, rei de França a quem «dedicou os quatro livros que compôs em latim com os seus sermões»¹²³; Pedro Julião, o papa João XXI (1277), filósofo, teólogo e doutor, professor

¹¹⁸ Ver Ch.-M. de Witte, «Les Bulles Pontificales et l'Expansion Portugaise au Xve siècle», in *Revue de Histoire Ecclesiastique*, t. LIII (1958), p. 40-41.

¹¹⁹ As referências textuais mais salientes são: na «Crónica do cruzado Osberno», os sermões do Bispo do Porto, D. Pedro Pitões, podem ver-se em *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira, Lisboa, Edição da Câmara Municipal, 1936, p. 44-55, e do sacerdote anônimo, ao benzer os meios bélicos destinados à defesa, na tomada de Lisboa aos mouros, a p. 91-98; na «Crónica de D. João I», de Fernão Lopes (ed. citada em 93, 1ª parte, cap. CLI, p. 277-281), o sermão de acção de graças pelo levantamento do cerco do exército castelhano à capital durante a luta dinástica de 1383-1383-1385, pregado pelo franciscano Fr. Rodrigo de Sintra e um outro (Parte Segunda, cap. XLIII, p. 115-121), também gratulatório, pregado na mesma conjuntura, pelo franciscano Fr. Pedro, na Sé da cidade pela vitória alcançada sobre as pretensões dos atacantes; na «Crónica da Conquista de Ceuta», de Gomes Eanes de Zurara, citada em 114, os sermões do franciscano Fr. João de Xira, em Lados, na promulgação da Bula da Cruzada referente à expedição à praça africana em 1415 (caps. 52-53, p. 181-187) e na sagradação da mesquita em templo cristão após a tomada da cidade (cap. XCVI, p. 274-276) e do capelão-mor do Infante D. Henrique, Fr. Martim Pais, tendo nas mãos a Hóstia consagrada, destinado a encorajar os expedicionários (cap. LXXI, p. 221-223). Ver, a propósito do problema apontado, Joaquim de Carvalho, «Sobre a autenticidade dos sermões de Fr. João de Xira», in *Obra Completa, II História da Cultura. 1948-1953*, volume IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 340-345.

¹²⁰ *Ibidem*, «Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara (notas em torno de alguns plágios deste cronista)», p. 185-340.

¹²¹ Ver *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, obra cit. em 119, p. 44-55. O sermão foi pregado em latim e traduzido por intérpretes no idioma de cada uma das nações a que os cruzados pertenciam.

¹²² Ver Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, *S. Gonçalo de Amarante: um vulto e um culto*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal, 1996, p. 67-70.

¹²³ Cf. José Marques, *op. cit.*, p. 9.

de Bolonha e Pádua, autor de *Sermones praedicabiles*, esquemas de sermões de algum interesse¹²⁴, e ainda João Martins, Lourenço Mendes e Vicente Egas, frades do convento de Guimarães¹²⁵; entre os **franciscanos**: Fr. João Gil, de Zamora, mas dado também como português, que compôs *Sermones dominicales et festivi communes*¹²⁶; Gonçalo Hispano ou de Portugal ou Gomes, Provincial da Província de Santiago por 1290, regente de Teologia na Universidade de Paris e Ministro Geral, falecido em 1313, que terá deixado manuscrito «*Sermones* que os mestres em sua regência tinham obrigação de pregar»¹²⁷. No século XIV, conhecem-se: o **carmelita** Afonso Abelho que pregou na Sé de Évora, por ocasião de uma inundação, com muito fruto nos ouvintes¹²⁸; os **dominicanos** Fr. Rodrigo do Porto, doutor com pregação referente a 1381 e 1391¹²⁹; Fr. Pedro Correia que estudou em Oxford (1394)¹³⁰; Fr. Vicente de Lisboa (m. cerca de 1408), estudante em Oxford, confessor de D. João I e fundador do convento de Benfica¹³¹; os **franciscanos** Fr. Afonso de Alprão, estudante em Bolonha, teólogo, confessor régio, autor de uma *Ars praedicandi*¹³²; Fr. João de Xira, natural do Porto, confessor de D. João I, com presença no Concílio de Pisa e pregador em Lagos da Bula da Cruzada, aquando da expedição a Ceuta, e na purificação da mesquita, sagrada templo católico¹³³; Fr. Pedro, teólogo e pregador na vitória de Aljubarrota¹³⁴; Fr. Rodrigo de Sintra, teólogo e orador no levantamento do cerco de Lisboa (1384) durante a crise dinástica¹³⁵; Fr. Salvado Martins, confessor da Rainha Santa Isabel e bispo de Lamego, falecido em 1349¹³⁶; Fr. Tomás ou Tomé de Portugal, docente nas Universidades de Inglaterra, Espanha e Paris¹³⁷. No século XV, aparecem referidos os **carmelitas** Fr. Afonso de Matos, nasceu e faleceu em Lisboa em 1436, teólogo e “exímio” pregador¹³⁸; Fr. Diogo Raposo, lisboeta, professor e pregador¹³⁹; João Sobrinho (1475), teólogo e canonista, confessor de D. Afonso V, a quem colocaram o púlpito fora da Igreja do Carmo de Lisboa, para que o pudesse ouvir¹⁴⁰; e Fr. Martinho, pregador da cruzada a Tânger (1437)¹⁴¹; os **dominicanos** Fr. Afonso de Évora, prior de S. Domingos, pregador no recebimento dos restos mortais do Infante D. Fernando às Portas de Santa Catarina, em Lisboa¹⁴²; Fr. Afonso de Lorvão, teólogo e pregador

¹²⁴ Cf. J.M. da Cruz Pontes, «À propos d'un centenaire. Une nouvelle monographie sur Petrus Hispanus Portugalensis, le pape Jean XX (1277) est-elle nécessaire?», in *Recherches de Théologie Ancienne et Médiévale*, 44 (1977), p. 227.

¹²⁵ Cf. António do Rosário, «Letrados Dominicanos nos séculos XIII-XV», in *Repertório de História de las Ciencias eclesiásticas de España*, VII (Salamanca, 1979), p. 578, 584 e 598.

¹²⁶ Fernando Félix Lopes, «História da Ordem Franciscana em Portugal», in *Colectânea de Estudos de História e de Literatura*, II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 54-58.

¹²⁷ Idem, «Franciscanos Portugueses Pretridentinos», in *Colectânea de Estudos de História e de Literatura*, II, op. cit. em 123, p. 416-418. A citar: «Franciscanos Portugueses».

¹²⁸ Cf. «Afonso Abelho», in *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, dir. de A. A. Banha de Andrade, Lisboa, Editorial Resistência, 1979, p. 4.

¹²⁹ Cf. António do Rosário, «Letrados Dominicanos», p. 594.

¹³⁰ Cf. Idem, *Notícia de Frades Pregadores em serviço diplomático*, loc. cit. em 90, p. 41.

¹³¹ *Ibidem*, p. 38.

¹³² Cf. Félix Lopes, «Franciscanos Portugueses», loc. cit. em 123, p. 425-426.

¹³³ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. citada em 114, cap. XCVI, p. 274-276.

¹³⁴ Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memoria*, obra cit. em 93, p. 277-281 (cap. CLI).

¹³⁵ Cf. Félix Lopes, loc. cit., p. 423-424.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 421-422; Manuel Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, I, Lamego, 1977, p. 167-173.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 423.

¹³⁸ Cf. Manuel Maria Wermers, *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*, Lisboa, União Gráfica – Fátima, Casa Beato Nuno, 1963, p. 168.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 169.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 168-169.

¹⁴¹ Cf. Domingos Maurício G. dos Santos, *D. Duarte e a responsabilidade de Tanger*, op. cit. em 115, p. 55.

¹⁴² Ver: Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, p. 826; Fr. João Álvares, *Obras*, Volume I, *Trautado da Vida e Feitos do muito virtuoso Sor. Infante D. Fernando*, edição crítica com introdução e notas de Adelino Almeida

de D. Afonso V¹⁴³; Fr. Afonso Velho, confessor de D. Henrique e pregador da bula da cruzada (1456)¹⁴⁴; Fr. Aires, mestre em teologia, que pediu a Roma um benefício, invocando ter durante largo tempo pregado ao povo cristão¹⁴⁵; Fr. Álvaro Correia e Fr. Álvaro da Torre, pregadores régios de D. João II e D. Manuel¹⁴⁶; Fr. André Dias de Escobar, autor das «Laudes e Cantigas de Santa Maria», orador nos Concílios de Constança (1416) e de Pavia-Siena, tendo aqui proferido o *Sermo ad clerum* diante do Papa Martinho V e dos cardinais, e um por altura da peste de Lisboa de 1432, sendo dignos de atender os seus «comentários» acerca da pregação e do seu papel¹⁴⁷; Fr. Diogo de Coimbra, pregador régio de D. Afonso V e do Infante D. João¹⁴⁸; Fr. Fernando de Arroteia, da estima do rei D. Duarte, conhecido por suas «boas pregações»¹⁴⁹; Fr. Fernando de Chelas, lente em Colónia, Oxford e Portugal, que numa súplica a Nicolau V (1450) refere haver pregado nas dioceses de Lisboa, Coimbra e Braga durante quarenta anos¹⁵⁰; Fr. Gonçalo Mendes, pregador de D. Afonso V¹⁵¹; Fr. Gonçalo do Porto, bacharel de Teologia, que se dirige em 1486 ao Cardeal de Nápoles a pedir autorização, aliás concedida, para pregar em qualquer parte do mundo¹⁵²; Fr. Gonçalo Mendes, Fr. João Dias e Fr. Pedro Dias¹⁵³; Fr. Rodrigo, confessor do Infante D. Henrique¹⁵⁴; Fr. Vasco de Alagoa, religioso pregador do tempo de D. Afonso V, de autoridade e letras, com «boa audácia para dizer», aparece nomeado na regência de D. Leonor por não haver sustido a ira popular¹⁵⁵; os **franciscanos** Afonso Cavaleiro, natural de Évora onde morreu cerca de 1528, professor na universidade de Pádua, bispo de Sardes¹⁵⁶; Fr. Amadeu da Silva e Meneses, nascido em Ceuta, de estirpe fidalga e irmão de Santa Beatriz da Silva, confessor do Papa Sisto IV, falecido em 1487, austero, respeitado pela nobreza e venerado pelo povo, a quem se atribui a obra *Sermones et expositiones domini Jesu prout angelus diversis temporibus fr. Amadeo revelavit*¹⁵⁷; Fr. Afonso do Paraíso (c. 1441), provincial em 1431, confessor e pregador de D. Duarte, cuja viúva procurou harmonizar, sem êxito, com o Infante D. Pedro¹⁵⁸; Fr. André do Prado, autor do célebre *Horologium Fidei*, natural de Évora, pregador no Concílio de Basileia, em que apresentou uma exposição teológica sobre os mistérios da Trindade e da Encarnação, promotor da vida diocesana se servida de prelados capazes e dignos, e provavelmente ainda vivo em 1450¹⁵⁹; Fr. Estevão de Guimarães, «leitor de Teologia» em 1443, de quem se conhece uma súplica a Nicolau V (1452) com referência à

Calado, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1960, p. 265; Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, ed. crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova, 1977, p. 81.

¹⁴³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), VI (1974), doc. 1993, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, p. 228; António do Rosário, *Notícia de Frades Pregadores*, p. 48.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 47 e *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), VI, docs. 1802 e 1808, p. 24 e 31.

¹⁴⁵ *Ibidem*, doc. 2011, p. 244-245.

¹⁴⁶ Cf. A. do Rosário, *op. cit.*, p. 48 e 50.

¹⁴⁷ Ver: *ibidem*, p. 41 e «Letrados Dominicanos», p. 563-564; e, com referências bibliográficas, Patrícia A. O. Baubeta, *op. cit.*, p. 161-163.

¹⁴⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VII (1978), doc. 2864, p. 539.

¹⁴⁹ Cf. A. do Rosário, *Notícia dos Frades Pregadores*, p. 43.

¹⁵⁰ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, V, doc. 1518, p. 159 e doc. 1525, p. 166-167.

¹⁵¹ Cf. A. do Rosário, *Notícia dos Frades Pregadores*, p. 44 e «Letrados Dominicanos», p. 572.

¹⁵² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VIII (1981), doc. 3113, p. 176-177.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 44 e 49.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 46; Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», in *obra cit.* em 142, p. 499-500. Ver também adiante, ao falar-se dos sermões de exéquias.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 614-615.

¹⁵⁶ Cf. F. Félix Lopes, «Franciscanos Portugueses», p. 449-450.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 432.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 441-442.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 429-430; Idem, "A volta de Fr. André do Prado (século XV)", in *Colectânea de Estudos*, 2 (1951), p. 121-132; António Domingues de Sousa Costa, «Mestre André do Prado, desconhecido escolástico português do século XV – professor nas universidades de Bolonha e da Cúria Romana», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 23 (1967),

actividade concionatória em Barcelos e arredores, afecto à Casa de Bragança, em cujos domínios teve licença para aceitar um benefício com cura de almas¹⁶⁰; Fr. Estevão de Loulé, «leitor parisiense e capelão do Infante D. Henrique», que em 1456 menciona a Calisto III os três anos de pregações ao povo que fez nas Canárias¹⁶¹; Fr. Francisco, confessor do mesmo rei¹⁶²; Fr. Francisco Flores, estudante de Salamanca em 1459, com licença para se entregar à pregação¹⁶³; Fr. Gil Lobo ou de Tavira, letrado, conselheiro, colaborador e confessor de D. Duarte e mestre de D. Afonso V¹⁶⁴; Fr. Henrique de Coimbra, o pregador da primeira missa no Brasil e missionário na Índia¹⁶⁵; João de Chaves, confessor do Duque de Bragança D. Jaime, a quem acompanhou na conquista de Azamor, tendo então pregado um memorável sermão, bispo de Viseu, eleito em 1524, faleceu dois anos depois¹⁶⁶; Fr. João, chamado o farto, coeveo de o príncipe D. Afonso, o malogrado herdeiro de D. João II¹⁶⁷; Fr. Martinho de Tavira que em 1482 impetuou do Papa a capelania do Hospital onde se tratavam os doentes vindos das praças africanas¹⁶⁸; Fr. Rodrigo do Porto que recebeu o grau de doutor, em 1425, na Universidade de Lisboa, e foi professor de Teologia e confessor do Duque de Bragança, tendo-se dedicado ao ministério apostólico¹⁶⁹. *Prelados e seculares*, considerados oradores dotados, surgem, a juntar aos já referidos, D. Pedro Pitões e o presbítero anónimo da conquista de Lisboa, tais como: D. Diogo Ortiz de Vilhegas, castelhano, bispo de Tânger e Viseu¹⁷⁰; D. Martinho Geraldes, metropolita bracarense que em 1261 pregou a cruzada no Concílio Províncial da sua circunscrição eclesiástica¹⁷¹; D. Martinho Gil de Brito, bispo de Lisboa, pregador em 1380 de um sermão gratulatório pelo reconhecimento de D. Fernando do papa de Avinhão, Clemente VII, havendo sido, três anos depois, morto às mãos da plebe por ocasião da crise nacional¹⁷²; D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, de quem se conhece o sermão doutrinário-disciplinar, pronunciado em 1442, na abertura do sínodo diocesano¹⁷³; D. João, ou Mestre João, ou João Vicente ou João de Chaves (1380-1463), confirmado bispo de Lamego em 1431 e transferido para Viseu, em 1444, médico e fundador da Congregação dos Lóios em Portugal, ilustre em sua época pela cultura e zelo apostólico, empenhados na reforma do clero e na instrução cristã do povo, «não deixando de pregar diariamente e explicar o Evangelho na forma ordenada pelos estatutos» do seu

p. 293-337; Aires do Nascimento, in *Horologium Fidei. Diálogo com o Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 5-28.

¹⁶⁰ Cf. F. Félix Lopes, «Franciscanos Portugueses», p. 438.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, ed. citada, p. 225. Ver, infra, exéquias de D. Nuno Álvares Pereira.

¹⁶³ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VI, doc. 1887, p. 111-112.

¹⁶⁴ Ver: F. Félix Lopes, «Franciscanos Portugueses», p. 427-429; João Francisco Marques, *D. Duarte e a complexidade de um breve reinado*, Viseu, Câmara Municipal, 1996, 24 p., com recorrências informativas sobre a pregação.

¹⁶⁵ Cf. F. Félix Lopes, «Fr. Henrique de Coimbra. O Missionário. O Diplomata. O Bispo», in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 362-446.

¹⁶⁶ Cf. Idem, «Franciscanos Portugueses», p. 452-453.

¹⁶⁷ Cf. Garcia de Resende, *Crónica de dom João II e miscelânea*, p. 203.

¹⁶⁸ Cf. A. D. de Sousa Costa, «Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, op. cit. em 15, p. 298-299.

¹⁶⁹ Cf. F. Félix Lopes, «Franciscanos Portugueses», p. 437-438.

¹⁷⁰ Cf. Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859 [1973], p. 168-169. Vários sermões deste Bispo são mencionados nas crónicas dos reinados de D. Afonso V, D. João II e do monarca Venturoso, como, em Belém, na partida da armada de Pedro Álvares Cabral em 1500. Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949, p. 127-128.

¹⁷¹ Ver Alberto Feio, «Um ignorado Concílio Provincial Bracharense (1261)», in *Revista Portuguesa de História*, I (1941), p. 4.

¹⁷² Ver: Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, 1966, p. 318 e *Crónica del Rei dom João I*, ed. cit., I, p. 23-26 [cap. XII]; Júlio César Baptista, «Portugal e o Cisma do Ocidente», in *Lusitania Sacra*, I (1956), p. 65-203.

¹⁷³ Cf. *Synodicon Hispanum*, II, p. 70.

Instituto religioso¹⁷⁴; D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, que pronunciou na Sé, em 1451, um sermão na partida de D. Leonor, filha de D. Duarte, a fim de se reunir a Frederico III, imperador da Alemanha, com quem havia casado¹⁷⁵; D. Vasco Gil, bacharel em decretos e pregador do Infante D. João, que, já bispo de Évora em 1442, confessou ter proferido muitos sermões nesta diocese¹⁷⁶; Afonso Mangacha, letrado e orador¹⁷⁷; Diogo Gonçalves, doutor em Decretos por Bolonha, que declarava em 1465, na súplica enviada a Pio II, haver passado a vida a ensinar em Salamanca e Lisboa, a ouvir confissões e a pregar¹⁷⁸; João Gonçalves, cônego de Silves e bacharel em Teologia que em 1452 afirmava ter durante vários anos pregado a reis e príncipes e nunca haver deixado de evangelizar os fiéis¹⁷⁹; Fr. João Saraiva, talvez trinitário, do Hospital do Espírito Santo, invoca numa petição ao papa em 1466 o seu ministério de pregador¹⁸⁰; Martim Pais, capelão mor do Infante D. Henrique, que pregou um sermão, antes do assédio a Ceuta em 1415, perante o Santíssimo Sacramento exposto¹⁸¹; Martinho de Viana, mestre em Artes e doutor em Teologia, capelão do arcebispo Cardeal D. Jorge da Costa, que pronunciou, diante do papa Alexandre VI em 1494 e 1496, os sermões da Ascensão e de Cinzas, tendo publicado em Roma os textos latinos dessas e mais duas *Orationes* à S. Trindade e a S. Tomás de Aquino, também nesses mesmos anos¹⁸²; Pedro Gonçalves, reitor de Santa Maria de Óbidos que numa súplica a Martinho V em 1430 defende-se da acusação caluniosa que lhe fazem ao pregar contra a negligência dos clérigos¹⁸³; Vasco Tenreiro, bacharel em decretos e reitor de S. Pedro de Torres Vedras, mestre dos filhos de el-rei, que declarou em 1462 haver-se durante vários anos, entregado à pregação¹⁸⁴; Afonso Geraldes o bacharel em teologia e Fr. Tomás Escoto, franciscano e dominicano apostata, pregadores de heresias em Coimbra e Lisboa, controvertidos por Fr. Álvaro Pais que os nomeia¹⁸⁵.

Oratória Fúnebre

Merce referência, numa época em que as constituições sinodais contemplam normas sobre ofícios fúnebres, que incluíam nas missas celebradas por ocasião da morte, sepultura e aniversário dos defuntos uma pregação que, ao menos tratando-se de vultos de estirpe régia e de pessoas de relevo social, podia tocar na matéria ligada ao poder político. Conhecem-se, de facto, pregadores e até a índole de alguns desses sermões de exéquias. O arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (1361-1371) pregou nas exéquias de D. Inês de Castro, mandadas celebrar por D. Pedro, cujo texto existente mostra haver sido o tema tomado do capítulo 23 do *Génesis* e o rei comparado a Abraão e a Sara, mulher do bíblico patriarca, a inditosa senhora. A intenção política perpassa no reconhecimento, que dessa forma parece fazer-se, da validade canónica do matrimónio, que se dizia entre ambos existente, e da subsequente legitimidade dos filhos,

¹⁷⁴ Cf. M. Gonçalves da Costa, *obra cit.* em 136, p. 201-211.

¹⁷⁵ Cf. Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V», in *Cronicas*, ed. citada em 142, p. 762 (cap. CXXXII).

¹⁷⁶ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV (1970), docs. 1021 e 1053, p. 93 e 132-133.

¹⁷⁷ Cf. Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», in *Crónicas*, ed. citada, p. 501.

¹⁷⁸ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VI, doc. 2110, p. 342.

¹⁷⁹ *Ibidem*, V (1972), doc. 1627, p. 258.

¹⁸⁰ *Ibidem*, VI, doc. 2152, p. 384.

¹⁸¹ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Conquista da Guiné*, ed. cit., cap. LXXI, p. 221-224.

¹⁸² [Queiroz Velloso], *Bibliografia Geral Portuguesa*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1944, p. 666-672.

¹⁸³ Cf. A. D. de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, Braga, 1970, doc. 1609, p. 573-574.

¹⁸⁴ Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VI, doc. 1998, p. 233-234.

¹⁸⁵ Ver Álvaro Pais, *Colírio da Fé contra as Heresias*, edição de Miguel Pinto de Meneses, I, Lisboa, Faculdade de Letras, 1954, p. 274 e II (1956), p. 41-79.

fruto dessa ligação¹⁸⁶. O rei D. Duarte sugeriu mesmo ao franciscano Fr. Francisco, incumbido de pregar o elogio fúnebre de D. Nuno Álvares Pereira, o tema bíblico e o teor da matéria a expor que devia incidir na vida virtuosa do condestável, digno da coroa de glória que Deus lhe reservara¹⁸⁷. O dominicano e confessor do Infante D. Henrique, mestre Fr. Rodrigo, na trasladção do corpo de D. João I para o Mosteiro da Batalha, numa das janelas da Capela de Santo António, frente à Sé de Lisboa, segundo o cronista Rui de Pina, «fez hum Sermam per modo de perguntas a ho povoo, dicto com tanta inveençam de tristeza com que moveo todos pera muitas lagrimas e espantôso pranto»¹⁸⁸. Pertenceu a Fr. Gil Lobo a incumbência da pregação do dia seguinte, na *missa de requiem*, «com tema ao auto conforme»¹⁸⁹. No percurso do cortejo processional que acompanhava a tumba real para a Batalha, foi armado na rua Nova, junto da igreja de S. Domingos, um cadafalço onde o letrado e eloquente orador Doutor Diogo Afonso Mangancha proferiu outro sermão, cujo tema foi «Et nos moriamur cum eo», trazendo «pera o caso cousas mui notavaes e asáz bem dictas»¹⁹⁰. Nas exéquias celebradas no Mosteiro da Batalha, coube ao dominicano e pregador régio Fr. Fernando de Arrotea pronunciar o sermão aprazado no qual, por indicação expressa de D. Duarte, deveria exaltar a acção do monarca seu pai na coesão da família real, a exemplo de D. Filipa de Lencastre, e na elevação do estrato nobre¹⁹¹. Rezam o cronista Rui de Pina¹⁹² e Fr. João Álvares¹⁹³ que o dominicano Fr. Afonso de Évora comoveu o auditório na chegada a Belém dos restos mortais de D. Fernando acompanhados pelo sobrinho do rei de Fez, ao que parece por razões políticas¹⁹⁴. À porta de Santa Catarina, no púlpito aí armado com um rico pano de brocado, o religioso, tendo tomado o salmo 117, «Benedictus in nomine Domini», fê-lo «com tal concerto de palavras que não ouve alguè que deixasse de derramar muitas lagrimas amorosas e condoidas louvando altamente a grande virtude e sanctidade do sancto Iffante»¹⁹⁵. O letrado franciscano mestre Fr. João o Farto proferiu em 1491 um patético sermão, nas exéquias do malogrado herdeiro de D. João II, o príncipe D. Afonso, morto numa queda desastrosa de cavalo, tendo alegado «tantas, e taes razões pera choro, e tristeza, que muitos homens de muyta autoridade, muito saber, muito siso, aquella hora parecia que o não tinham, vendolhes muito cruelmente dar na essa tamanhas cabeçadas, que parecia que quebrauam as cabeças, depenando todos suas barbas, e cabellos, dando em si muitas bofetadas, assi homens como mulheres, velhos e moços, cousa tam espatosa, e de tanta dor, e tristeza, que não se vio outra tal, e durou tanto, que os não podiam fazer calar, porque a dor e sentimento era em todos em geral grande sem comparaçam, por quam amado, e bem quisto o Príncipe de todos era»¹⁹⁶. Por sua vez, ao bispo D. Diogo Ortiz de Villegas coube pronunciar a oração fúnebre panegírica de D. João II, ao ser trasladado o corpo para a Batalha, em que contou «as grandezas, e esmolas e merces que fizera sendo vivo» e bem se podia «dizer santo, pois fora Rey tam Catholico, e penitente, e que estaua inteyro seu santo

¹⁸⁶ Cf. Sérgio da Silva Pinto, *O sermão de exéquias de D. Inês de Castro, pelo Arcebispo de Braga D. João de Cardaillac, no problema do casamento da 'Misera e Mesquinha'*, Braga, 1961, p. 20-21. O mesmo D. Jean de Cardaillac, pronunciou sermões, por certo de abertura, em sínodos. Ver: J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)*, II, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1931, p. 172; Guilhaume de Mollat, «Jean de Cardaillac, un prélat réformateur du clergé au XIVe siècle», in *Revue d'Histoire Ecclesiastique*, 48 (1953), p. 74-121.

¹⁸⁷ Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, p. 225-229.

¹⁸⁸ Cf. Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», in *Crónicas*, ed. citada em 142, p. 500.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 500.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 501.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 503. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, p. 236-239.

¹⁹² Cf. Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», in *Crónicas*, p. 828.

¹⁹³ Cf. Fr. João Álvares, *Obras*, I, p. 264-265.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 265.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ Cf. Garcia de Resende, *Crónica de dom João II e miscelânea*, p. 202.

corpo com cabellos na cabeça, e barba, e peitos», repetindo as «muytas cousas muy catholicas que o santo Rey a hora de sua morte disse». ¹⁹⁷

Sermonários e colectâneas de exemplos

Pelos inventários conventuais existentes do século XV, vê-se que os religiosos dispunham de sermonários e homiliários, em latim e linguagem, para sua preparação e leitura, à mesa e no coro, como se detecta pelos elencos de Alcobaça, e ainda pelos de Seiça de 1408 e de Bouro de 1437, revelados por José Mattoso¹⁹⁸, a que se deve acrescentar, por exemplo, os de S. Clemente das Penhas elaborados respectivamente em 1457 por Fr. Rodrigo de Arruda e em 1474 por Fr. João da Póvoa¹⁹⁹, e os que eram pertença das *livrarias de mão* da Congregação dos Lóios de Vilar de Frades, fundada em 1425; bem como, de instituições diocesanas para o clero que lhes estava afecto, os livros de sermões legados em 1331 ao cabido da Sé do Porto pelo bispo D. Vasco, e outros pertença da Sé de Coimbra, uns mais antigos, talvez do século XII, e duas compilações mais recentes que se julgam ser da segunda metade quattrocentista²⁰⁰. Na livraria do rei D. Duarte havia um *Livro das pregações*, sem qualquer outra identificação²⁰¹, e no testamento do Infante Santo, de 12 de Agosto de 1437, mencionam-se um sermonário de Santo Agostinho em latim e *huum livro de pregações de Frey Vicente per linguagem* que tudo aponta serem de S. Vicente Ferrer, célebre pregador espanhol conhecido em terra portuguesa²⁰². Da Flandres, onde se encontrava em 1468, Fr. João Álvares que havia sido capelão do Infante Santo e seu secretário, enviou aos religiosos de Paço de Sousa, de cujo mosteiro era abade comendatário, uma colectânea de 25 sermões pseudo-augustinianos, traduzidos em vernáculo, com recomendação de serem utilizados na «liçom» e na «preegacom», feita em seu lugar e por ele, até ao seu regresso²⁰³. Auxiliares da pregação eram as colectâneas de *exempla*, profanos e históricos, de alto valor didáctico, pois serviam desde o século XII para melhor se entender conteúdos doutrinários, chegando-se a constituir várias tipologias antológicas a que recorriam os pregadores. A literatura hagiográfica e de edificação, como narrações de episódios bíblicos, inclusive apócrifos, vidas de santos, o *Orto do Esposo*, o *Livro das Confissões de Martim Vaz*, o *Virgeu de Consolaçon*, os *Dez Mandamentos* do bispo de Jaen, o mercedário Fr. Juan Pascoal, e tantos mais²⁰⁴. Acentua Aires do Nascimento, que o *exemplum* foi obtendo ao longo do século XV maior «espaço tanto nos tratados didácticos como noutrios, tendendo mesmo a secularizar-se, i. é., a tornar-se numa narrativa de finalidade exclusivamente profana ou até um conto deleitável»²⁰⁵. De referir, a propósito, ao lado do manancial de informação bíblica, patrística e hagiográfica compendiada em o missal e o breviário, a *História Scolastica* – editada no século XIX por Fr. Fortunato de S. Boaventura sob a designação de *Histórias d'Abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Histórias Scolasticas, e segundo outros que as abreviaram, e com*

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 294.

¹⁹⁸ Cf. José Mattoso, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, p. 548-552.

¹⁹⁹ Ver José Adriano de Freitas Carvalho, *Nobres Leteras ... Fertos Volumes ...*, obra cit. em 74, p. 85-114.

²⁰⁰ Cf. José Marques, *Livrarias de Mão no Portugal Medieval*, [separata de “Bracara Augusta”], vol. XLVII, nº 100 (113), 1997, p. 269-282.

²⁰¹ Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, p. 207.

²⁰² Cf. Robert Ricard, «Les Lectures Spirituelles de l'Infant Ferdinand de Portugal (1437)», in *Études sur l'Histoire morale et Religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, p. 57.

²⁰³ Cf. Fr. João Álvares, *Obras. II. Cartas e Traduções*, p. 91-155.

²⁰⁴ Cf. Patrícia A. O. Baubeta, «A pregação e a sociedade medieval portuguesa», in *Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, vol. I, p. 281.

²⁰⁵ Cf. Aires do Nascimento, «Horologium Fidei», in *Mare Liberum*, 7 (1994), p. 97; de ver também, acerca do didactismo deste recurso, Ana Maria Machado, «A ‘Legenda Aurea’ nos *Exempla* hagiográficos do ‘Orto do Esposo’», in *Colóquio/Letras*, 142 (Out.-Dezembro 1996), p. 121-136.

*dezeres d'alguns doctores e sabedores*²⁰⁶ – e o *terceiro livro* sobre santos mártires, alguns peninsulares, de Bernardo Brihueha, colaborador de Afonso X, o Sábio, que circulava numa versão parcial medievo-portuguesa, bem como esse repertório de lugares comuns tirados da Sagrada Escritura, espécie de dicionário moral e doutrinário de conceitos predicáveis, conhecido por *Distinctiones* do inglês Fr. Maurício, ms. do séc. XIV da Abadia de Alcobaça²⁰⁷, e a *Summa* de Guilherme Brito, de que se socorreu Fr. André do Prado, compilada cerca de 1250, com extratos de *Papias a Santo Isidoro*²⁰⁸.

Tudo isto, afinal, heranças e caminhos com continuidades e aproveitamentos na era imediata, acusando inovações em práticas e estilos, a par das vicissitudes da história da cristandade latina, em transformação. A Reforma Católica, sob a égide tridentina, e o surto imparável imprensa, bem como o apelo dos espaços de Além-Mar, abertos à evangelização, trouxeram, de facto, à pregação mutações assinaláveis, verificadas na oralidade e texto escrito, a acompanhar o seu óbvio incremento e a pautar uma vivência da fé que se pretendia também mais interiorizada e de condizente exigência moral.

²⁰⁶ Idem, «Introdução», in André do Prado, *Horologium Fidei. Diálogo com o Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 27.

²⁰⁷ Ver Mário Martins, *Estudos de Cultura Medieval*, II, Edições “Brotéria”, 12^a ed., Lisboa, 1980, p. 105-285.

²⁰⁸ Cf. Aires do Nascimento, «Introdução», in *loc. cit.*, p. 28.